

Manual de Procedimentos Operacionais	
Macroprocesso	Planejar Contratação
Processo	Planejar Contratação de insumos estratégicos (equipamentos e materiais)
Gestor	Coordenação-Geral de Análise das Contratações de Insumos Estratégicos para Saúde

DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

ATIVIDADE 01: Verificar aspectos quantitativos do Termo de Referência	
<p>1. Na fase preliminar, receber e-mail com a mensagem “[SILOS] TR nº XXXX pendente na ‘Caixa de Entrada’”;</p> <p>2. Acessar o sistema SILOS(http://silos.saude.gov.br/maximo) e o TR através do link que consta no referido e-mail e proceder aos seguintes passos:</p> <p>a. retirar os relatórios de Estoque Atual, Entrada por Contrato, Giro de Estoque e Panorama de Distribuição através do sistema DW-SISMAT, que pode ser acessado através do seguinte endereço: http://dw.saude.gov.br/;</p> <p>b. com base nas informações do TR e dos dados dos relatórios do DW_SISMAT, preencher a planilha de análise dos insumos, que se encontra salva em pasta compartilhada no seguinte endereço: \\srvdocnas\SE\DLOG-SE\CGGPL_2\ANÁLISE IES;</p> <p>c. apresentar a planilha de análise dos insumos para a Coordenação;</p> <p>d. após aceite das informações por parte da Coordenação, tramitar o TR recebido no sistema SILOS para que a Coordenadora o envie para a Coordenação-Geral de Insumos Estratégicos para a Saúde (CGIES);</p> <p>3. Na fase de aquisição, Receber o e-mail com a mensagem “Um processo chegou para análise da Coordenação CGGPL Fluxo XXXX”;</p> <p>4. Acessar o sistema PEC (pec.saude.gov.br) e proceder aos seguintes passos:</p> <p>a. conferir se o TR anexado ao fluxo do PEC é o mesmo que foi conferido pela CGIES no sistema SILOS , para isso acessar o sistema SILOS : silos.saude.gov.br/máximo;</p> <p>b. retirar os relatórios de Estoque Atual, Entrada por Contrato, Giro de Estoque e Panorama de Distribuição através do sistema DW-SISMAT, que pode ser acessado através do seguinte endereço: http://dw.saude.gov.br/;</p> <p>c. checar na pasta compartilhada da CGGPL: \\srvdocnas\SE\DLOG-SE\CGGPL_2\ANÁLISE IES se foi feita a análise do TR no sistema SILOS , conforme descrito na atividade "Analisar o Termo de Referência no sistema SILOS ";</p> <p>d. caso a planilha de análise dos insumos já tenha sido feita, quando o TR foi analisado no sistema SILOS , atualizar os dados;</p> <p>e. caso a planilha de análise dos insumos não tenha sido feita, preencher com base nas informações do TR e dos dados dos relatórios do DW_SISMAT;</p> <p>f. elaborar despacho quanto à análise do planejamento logístico e o Salvar na pasta compartilhada da CGGPL: \\srvdocnas\SE\DLOG-SE\CGGPL_2\DOCUMENTOS EXPEDIDOS\Despachos PEC</p> <p>g. apresentar a planilha de análise dos insumos para a Coordenadora da CGGPL, para que a mesma Encaminhar e-mail ao Diretor DLOG.</p>	
EXECUTOR	Técnico da CGGPL / DLOG

ATIVIDADE 02: 2. Verificar aspectos legais do Termo de Referência	
<p>1. Acessar o sistema PEC(pec.saude.gov.br>acesso) e informar usuário e senha;</p> <p>2. Acessar a tarefa PEC "Análise do Termo de Referência";</p> <p>3. Acessar o Termo de Referência (TR) e analisar todos os itens, verificando se estão de acordo com os modelos referenciais aprovados pela CONJUR, disponíveis na pasta compartilhada "Parecer Referencial", no endereço: \\srvdocnas\SE\DLOG-SE\Modelos;</p> <p>4. No caso de TR sem parecer referencial específico, realizar a análise tomando por base parecer referencial para situação análoga;</p> <p>5.Consultar o sistema Catalogação de Material (CATMAT) ou Catalogação de Serviço (CATSER) através do sistema SERPRO, conforme abaixo:</p> <p>a) acessar o sistema comprasnet (https://www.comprasnet.gov.br/);</p> <p>b) clicar em "Comprasnet-SIASG-produção" e logar com o seu certificado digital;</p> <p>c) selecionar a opção "CATMAT - SIST.CATALOGACAO DE MATERIAL" e teclar enter para realizar a consulta;</p> <p>6. Caso não haja modelo referencial para o TR, orientar-se pelos modelos disponíveis no site da AGU (http://www.agu.gov.br)>Modelos de licitações e contratos.</p>	

Normas e Regulamentos:

1. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
2. Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
3. Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 - Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências;
4. Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001 – Regulamenta o art. 34 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
5. Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002 - Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, que regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
6. Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 - Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
7. Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012 - Regulamenta o art. 3o da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP;
8. Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei 8.666/1993;
9. Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014 - Altera o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
10. Acórdão nº 363/2012 - Determina-se ao Departamento de Logística do Ministério da Saúde, da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde (DLOG / SE / MS) a exigência de “Certificado de Boas Práticas de Fabricação – BPF” para fim de habilitação técnica nos procedimentos licitatórios, por falta de amparo legal, bem como pelo fato de a apresentação de registro válido do medicamento, insumo ou correlato a ser ofertado pela empresa licitante pressupor o atendimento das normas regulamentadoras e de fiscalização relativas à sua fabricação, além de tal exigência não se mostrar indispensável à garantia do cumprimento das obrigações a serem pactuadas;
11. Portaria Interministerial nº 2.710, de 17 de novembro de 2011 - Fixa os procedimentos a serem adotados nas contratações destinadas ao fornecimento de bens e à prestação de serviços relativos a Insumos estratégicos para a Saúde (IES) por meio do Departamento de Logística em saúde (DLOG / SE / MS);
12. Portaria Interministerial nº 1.338, de 28 de junho de 2012 - Dispõe sobre a competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos, relativos a despesas de custeio ou investimento, ou a prorrogação de contratos administrativos relativos a atividades de custeio no âmbito do Ministério da Saúde e entidades a ele vinculadas;
13. Resolução nº 2, de 03 de abril de 2013 - Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante - PF e do Preço Máximo ao Consumidor – PMC dos medicamentos, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos;
14. Comunicado nº 3, de 16 de março de 2012 - Estabelece o percentual do Coeficiente de Adequação de Preços – CAP para o ano de 2012.